

**MESTRADO EM**  
**CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS**  
**EMPRESARIAIS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

OS PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS NA FASE DE  
IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS DE DISTORÇÃO MATERIAL  
NUMA EMPRESA DE SEGUROS

LAURA SOBRAL MARQUES

OUTUBRO - 2023

**MESTRADO EM**  
**CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS**  
**EMPRESARIAIS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

OS PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS NA FASE DE  
IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS DE DISTORÇÃO MATERIAL  
NUMA EMPRESA DE SEGUROS

LAURA SOBRAL MARQUES

**ORIENTAÇÃO:**

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO CARLOS DE  
OLIVEIRA SAMAGAIO (ISEG)

PAULO ANTUNES (DELOITTE)

OUTUBRO - 2023

## Resumo

O presente relatório tem como objetivo fornecer uma descrição detalhada das atividades realizadas durante o estágio curricular realizado na empresa *Deloitte & Associados, SROC, S.A.*, ao longo de um período de 9 meses.

No decorrer deste estágio, foi conduzido um estudo sobre os procedimentos analíticos utilizados na fase de identificação de riscos de distorção material, em particular numa empresa de seguros. Os Procedimentos Analíticos desempenham um papel fundamental na fase de planeamento de uma auditoria, nomeadamente na identificação eficaz dos riscos e no desenvolvimento de uma estratégia de auditoria sólida. A análise de dados financeiros e não financeiros da entidade de forma comparativa e detalhada, permite reconhecer fatores que podem indicar áreas de maior risco de distorção material nas demonstrações financeiras. Desta forma, os auditores direcionem seus recursos e esforços para as áreas de maior risco de distorção material, otimizando o processo de auditoria e garantindo uma abordagem mais eficiente na deteção de erros ou fraudes.

Neste relatório concluo que a utilização de Procedimentos Analíticos na empresa de seguros foi fundamental para a avaliação de riscos de distorção material e para o desenvolvimento de uma estratégia de auditoria na fase de planeamento. Tal como todos os outros setores, o segurador tem características específicas que devem ser tidas em conta nestes procedimentos, e que desenvolvo ao longo da componente prática.

**Palavras-chave:** Planeamento de auditoria, Procedimentos Analíticos, Risco de Distorção Material, Empresa de Seguros

## Abstract

The purpose of this report is to provide a detailed description of the activities carried out during the curricular internship at the company *Deloitte & Associados, SROC, S.A.*, over a period of 9 months.

During this internship, a study was carried out on the analytical procedures used in the identification phase of material misstatement risks, particularly in an insurance company. Analytical procedures play a fundamental role in the planning phase of an audit, namely in the effective assessment of risks and the development of a sound strategy. Analyzing the entity's financial and non-financial data in a comparative and detailed manner makes it possible to recognize factors that may indicate areas of greater risk of material misstatement in the financial statements. In this way, auditors can direct their resources and efforts towards the areas of greatest risk of material misstatement, optimizing the audit process and ensuring a more efficient approach to detecting errors or fraud.

In this essay I conclude that the use of analytical procedures in the insurance company was fundamental for assessing risks and developing an audit strategy in the planning phase. Like all other sectors, the insurance industry has specific characteristics that must be considered in these procedures, which I develop throughout the practical component.

**Keywords:** Audit Planning, Analytical Procedures, Risk of Material Misstatement, Insurance Company

## Agradecimentos

A realização deste trabalho marca o fim de uma jornada académica permeada com inúmeros desafios, alegrias, incertezas e aprendizagens. Este culminar não seria possível sem as pessoas às quais expresso o meu profundo e sentido agradecimento:

A todos os docentes do ISEG, com quem tive a oportunidade de aprofundar os meus conhecimentos neste mestrado.

Ao meu orientador, Professor Dr. António Samagaio, pela disponibilidade constante em ajudar, pela compreensão na concretização deste relatório e por todos os conselhos e apoio.

Ao meu orientador de estágio, Paulo Antunes, pela oportunidade de ter esta experiência e por todo o acompanhamento ao longo do estágio.

A todos os meus colegas da *Deloitte & Associados, SROC, S.A.*, pela partilha de conhecimentos, pela paciência, pelo apoio e pelo profissionalismo, em especial à Catarina Coelho.

À minha família, especialmente à minha mãe por todos os esforços para me proporcionar sempre o melhor a todos os níveis, e ao Dário pela motivação e pelos conselhos, sem vocês não seria possível; ao meu pai e aos meus avós por todo o apoio.

Ao meu namorado, Diogo, pelo constante amor, companheirismo, alegria, apoio incondicional e compreensão.

A todos os meus amigos, sempre presentes com palavras de força e carinho, e aos que me acompanharam neste mestrado, em especial à Cata, à Lu, à Mimi, à Bia e ao Tomás.

## Índice

Resumo .....	i
Abstract.....	ii
Agradecimentos .....	iii
Índice .....	iv
Lista de Figuras .....	v
Anexos .....	v
Lista de Abreviaturas / Acrónimos .....	vi
1. Introdução .....	1
2. Revisão da literatura .....	2
2.1. Planeamento de Auditoria.....	2
2.2. Conhecimento do negócio e indústria do cliente .....	4
2.3. Avaliação do risco de negócio do cliente.....	6
2.4. Procedimentos Analíticos Preliminares .....	8
2.5. Caracterização da Atividade Seguradora .....	11
3. Apresentação da empresa e do estágio.....	13
3.1. Apresentação da empresa.....	13
3.2. Apresentação do estágio .....	15
3.3. Atividades desenvolvidas.....	16
4. Componente prática.....	23
4.1. Metodologia .....	23
4.2. Execução de procedimentos analíticos na fase de identificação de risco de distorção material .....	24
5. Conclusão .....	30
Referências bibliográficas .....	33
Anexos .....	36

## Lista de Figuras

Figura 1 – As fases do planeamento de auditoria .....	4
Figura 2 - Relação entre negócio do cliente, risco de negócio e risco de distorção material .....	7

## Anexos

Anexo I - Plano de estágio.....	35
Anexo II - <i>Benchmark</i> da materialidade.....	36
Anexo III - Cálculo da materialidade .....	36
Anexo IV - Evolução de prémios brutos e emitidos.....	37
Anexo V - Evolução de prémios de resseguro cedido.....	38
Anexo VI - Exemplo de análise da carteira de investimentos .....	38

### **Lista de Abreviaturas / Acrónimos**

**DF's** – Demonstrações Financeiras

**FSE's** – Fornecimentos e Serviços Externos

**ISA** – International Standard on Auditing

**PA** – Procedimentos Analíticos

**RA** - Revisão Analítica

**RDM** - Risco de Distorção Material

## 1. Introdução

O presente trabalho final de mestrado visa apresentar o relatório de estágio que decorre do estágio curricular realizado na *Deloitte & Associados, SROC, S.A.*, durante os meses de setembro de 2022 a maio de 2023. Este relatório tem um duplo objetivo. Em primeiro lugar, descrever as atividades realizadas evidenciando a aquisição de experiência e conhecimento em auditoria e áreas conexas (contabilidade, finanças empresariais e fiscalidade) que estão ligadas aos assuntos lecionados no Mestrado de Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais. Em segundo lugar, o trabalho procura descrever e refletir de forma pormenorizada as atividades desenvolvidas associadas à execução de procedimentos analíticos (PA) numa fase preliminar do trabalho de auditoria, a fim de obter um entendimento da entidade e do respetivo meio envolvente, contribuindo para a identificação e a avaliação dos riscos associados à preparação das demonstrações financeiras (DF's). Para esse efeito, o trabalho empírico incidirá sobre uma empresa de seguros.

O setor segurador desempenha um papel fundamental no funcionamento dos mercados, atuando como um pilar de estabilidade e confiança nas atividades económicas. Segundo Almaça (2014), a atividade seguradora acompanha o desenvolvimento dos países, dado que as seguradoras recebem os prémios, que deverão fazer face aos sinistros, e esses prémios são investidos, contribuindo para o financiamento da economia. De acordo com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, o peso da atividade seguradora na economia em 2022, que corresponde ao rácio entre os prémios emitidos e o Produto Interno Bruto era de 5,8%. No setor dos seguros a gestão adequada dos riscos é fundamental, bem como a informação financeira prestada aos *stakeholders*. Nesse processo de partilha de informação, a auditoria desempenha um papel crucial na medida em que avalia a credibilidade do relato financeiro, peça fundamental para apreciar a solidez financeira das entidades e garantir com um elevado nível de segurança que estas têm capacidade de cumprir as suas obrigações a nível financeiro e regulamentar.

O planeamento desempenha um papel crítico na execução de uma auditoria de qualidade. Um planeamento eficaz requer, nomeadamente, a identificação de risco de distorção material (RDM) que permita aos auditores dedicar atenção apropriada às áreas de maior risco, adaptando os procedimentos de auditoria de acordo com as circunstâncias específicas de cada cliente. De acordo com Chow (2009), os PA são utilizados na fase de

planeamento como procedimentos de avaliação de risco, auxiliando o auditor na identificação das matérias significativas que requerem uma atenção especial na fase posterior do trabalho de auditoria. O autor argumenta que os PA são uma tarefa relativamente fácil, no entanto, a sua análise exige uma adequada compreensão do negócio e do setor do cliente.

Após esta breve introdução, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos adicionais. No Capítulo 2 é apresentada a revisão de literatura dos temas abordados neste trabalho, recorrendo a estudos de outros autores e às Normas Internacionais de Auditoria aplicáveis. A revisão da literatura aborda assim a importância do planeamento de auditoria, o conhecimento do negócio e indústria do cliente, a avaliação do seu risco de negócio, os PA preliminares, e uma breve caracterização da atividade seguradora. No terceiro capítulo é feita a apresentação da entidade onde decorreu o estágio curricular, bem como as principais tarefas realizadas ao longo dos nove meses. No quarto capítulo explora-se a componente prática do trabalho, isto é, os aspetos a considerar na realização de PA na fase de identificação de RDM, nomeadamente no setor segurador. Por fim, no último capítulo apresentam-se as reflexões do estágio realizado, as conclusões do relatório de estágio, as limitações encontradas e as possíveis investigações futuras.

## **2. Revisão da literatura**

### **2.1. Planeamento de Auditoria**

A International Standard on Auditing (ISA) 300 refere no §2 que o planeamento de auditoria corresponde à fase em que o auditor tem a responsabilidade de estabelecer uma estratégia global dos trabalhos a executar, bem como o desenvolvimento de um plano de auditoria (IAASB, 2022). A estratégia global estabelece o âmbito, oportunidade e direção da auditoria, orientando o desenvolvimento do plano detalhado. Segundo o §8 da ISA 300, o auditor deve estabelecer a estratégia global de auditoria da seguinte forma (IAASB, 2022): (i) identificar características do trabalho que definem o seu âmbito; (ii) certificar-se dos objetivos de relato do trabalho para planear a oportunidade da auditoria e a natureza das comunicações exigidas; (iii) considerar os fatores que, no seu julgamento profissional, são significativos para direcionar os esforços da equipa de trabalho; (iv) considerar os resultados das atividades preliminares do trabalho e, caso

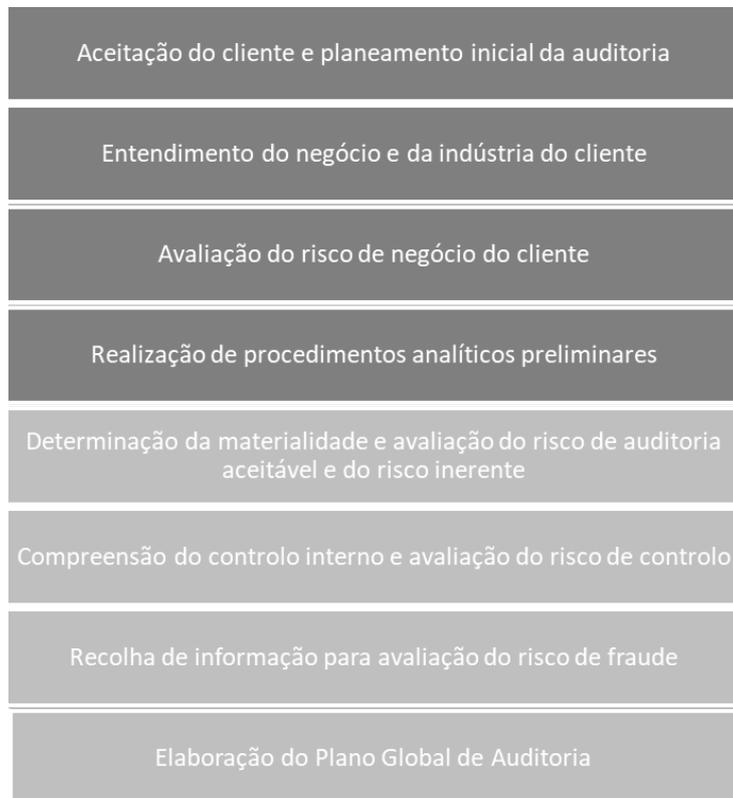
aplicável, se é relevante o conhecimento obtido pelo sócio responsável pelo trabalho noutros trabalhos executados para o cliente; (v) certificar-se da natureza, oportunidade e extensão dos recursos necessários para a execução do trabalho. Por outro lado, o plano de auditoria, tal como definido no §9 da ISA 300, deve conter a descrição dos seguintes aspetos (IAASB, 2022): (i) da natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de avaliação do risco planeados; (ii) da natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria adicionais planeados a nível de asserção; (iii) de outros procedimentos de auditoria planeados cuja realização é exigidas para que o trabalho cumpra as normas de auditoria.

A fase de planeamento deverá ser o primeiro passo quando se inicia o trabalho entanto, deverá ser um processo contínuo e interativo, com início imediatamente após o término da auditoria anterior, e continua até à conclusão da auditoria corrente, garantindo desta forma a eficácia e eficiência durante todo o trabalho. Almeida (2019) refere ainda que o planeamento deve ter em consideração o nível de segurança, subjacente à opinião, do risco de auditoria e a sua materialidade. Conforme §A16 da ISA 300, para que a auditoria seja eficazmente executada, deve ser planeada tendo em conta a dimensão e complexidade da entidade a auditar, para que assim possam ser definidas a natureza, tempestividade e extensão dos procedimentos necessários para a obtenção de prova suficiente e adequada.

Um planeamento adequado proporciona inúmeras vantagens para o auditor, tais como: o foco nas áreas mais relevantes de auditoria e; tempestividade na identificação e resolução de potenciais problemas (§2 da ISA 300, IAASB, 2022). De facto, os riscos enfrentados pelas diferentes empresas, variam consoante as suas particularidades e o seu meio envolvente, e, portanto, um planeamento de auditoria eficaz garante que se identificam as principais áreas de RDM, e por sua vez, o conhecimento necessário para mitigar esses riscos. Almeida (2019), refere que o adequado planeamento de auditoria permite ao auditor recolher prova suficiente e apropriada para suportar as suas conclusões minimizando as possibilidades de litígio, mantendo a relação custo/benefício num patamar aceitável e cumprindo as datas de conclusão do trabalho com que se comprometeu com o cliente.

Em termos práticos, o planeamento de auditoria envolve um conjunto diversificado de etapas interligadas. A Figura 1 enuncia essas etapas, com particular

destaque para as tarefas relacionadas com o conhecimento da entidade e sua envolvente e dos PA.



**Figura 1** – As fases do planeamento de auditoria (Fonte: *Arens et al. 2023*)

## 2.2. Conhecimento do negócio e indústria do cliente

A ISA 315 Revista - *Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material*, (IAASB, 2022) enfoca o tema da responsabilidade do auditor quanto à identificação e avaliação de RDM nas DF's através do conhecimento da entidade e do seu ambiente, incluindo o seu controlo interno. O grau de profundidade de compreensão da entidade a obter pelo auditor, é tema de julgamento profissional, devendo garantir que o nível de conhecimento é suficiente para identificar e avaliar os RDM das DF's.

Os principais aspetos a considerar pelo auditor no processo de aquisição de conhecimento sobre a entidade e o seu ambiente estão sistematizados no §19 da ISA 315R (IAASB, 2022): i) estrutura organizacional, propriedade e governação da entidade, e o seu modelo de negócio, incluindo a medida em que este integra a utilização de tecnologias de informação; ii) fatores setoriais, regulamentares e outros fatores externos; e iii) as

medidas utilizadas, interna e externamente, para avaliar o desempenho financeira da entidade. Para esse efeito, o auditor socorre-se de um conjunto diversificado de procedimentos de avaliação de riscos, tal como descrito no §14 da ISA 315R (IAASB, 2022), que incluem: (i) indagações à gestão, e a outros responsáveis apropriados da entidade, incluindo os auditores internos; (ii) PA; (iii) observação e inspeção. Estes procedimentos ajudam o auditor a obter uma visão completa do negócio e do ambiente da entidade auditada, permitindo uma identificação mais precisa dos RDM nas DF's e a elaboração de uma resposta de auditoria apropriada.

Segundo Arens et al. (2023), existe um conjunto de eventos que contribuíram para o aumento da importância de compreender o negócio e a indústria do cliente, tais como: (i) o impacto das grandes recessões económicas nas DF's do cliente e a sua capacidade de continuidade de negócio; (ii) as tecnologias da informação permitem um contacto facilitado com os clientes das empresas e com os seus fornecedores, o que consequentemente exige que os auditores adquiram um maior conhecimentos sobre as partes relacionadas e os riscos associados; (iii) a possibilidade dos clientes expandirem a sua atividade a nível mundial, por exemplo através de *joint ventures* e outras alianças estratégicas; (iv) as tecnologias da informação afetam os processos internos dos clientes, melhorando a qualidade e a atualidade das informações contabilísticas; (v) a importância crescente do capital humano e de outros ativos intangíveis aumentou a complexidade contabilística e a importância das estimativas e julgamentos da gestão; (vi) a possibilidade de investimento em instrumentos financeiros complexos exige consequentemente tratamentos contabilísticos complexos e envolvem frequentemente contrapartes desconhecidas que podem criar riscos financeiros inesperados para o cliente.

O auditor utiliza o julgamento profissional para determinar a extensão do conhecimento necessário. Ao longo da execução de um trabalho de auditoria, o auditor vai com frequência ser confrontado com a necessidade de exercer o seu julgamento profissional, o qual, é baseado no conhecimento adquirido sobre a entidade e o seu ambiente. O julgamento profissional é necessário em matérias de elevada importância para o trabalho de auditoria, destacando-se as seguintes (§A50 e A51 da ISA 315R, IAASB, 2022): (i) avaliação de RDM das DF's; (ii) determinação da materialidade global ou da materialidade de execução; (iii) consideração da apropriação da seleção e aplicação de políticas contabilísticas e da adequação das divulgações; (iv) identificação de áreas em

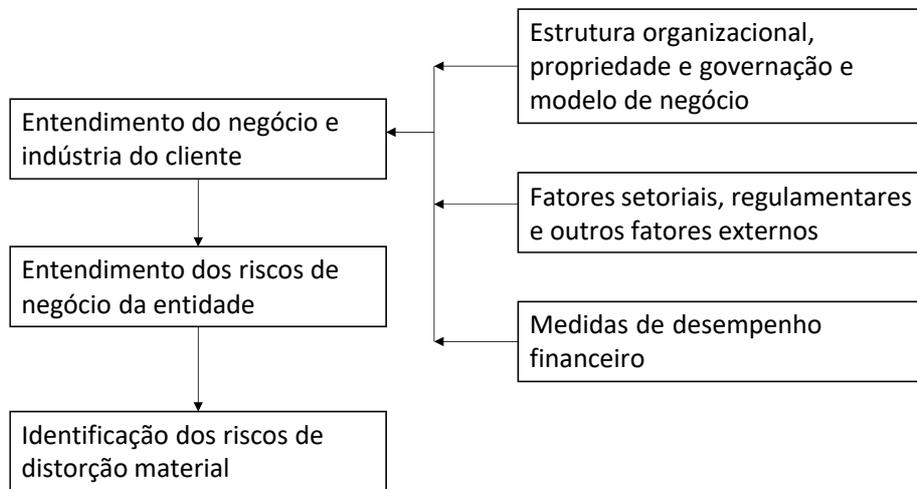
que possa ser necessária consideração especial de auditoria; (v) desenvolvimento de expectativas para a execução de PA; (vi) conceção e execução de procedimentos de auditoria adicionais para obter prova suficiente e apropriada; (vii) avaliação da suficiência e apropriação da prova de auditoria obtida.

### **2.3. Avaliação do risco de negócio do cliente**

Segundo o IFAC (2018), existem duas grandes classificações de risco: o risco de negócio e o risco de fraude. O conceito de risco de negócio engloba mais do que RDM nas FDS, resultando, segundo o §12 da ISA 315R (IAASB, 2022), de condições, acontecimentos, circunstâncias, ações ou inações significativas que podem afetar de forma adversa a capacidade de a entidade atingir os seus objetivos e executar as suas estratégias ou de definir objetivos e estratégias inapropriadas. Hayes (2015) refere que, apesar do conceito de riscos de negócio ser mais amplo do que o conceito de riscos de distorções materiais nas DF's, a maioria dos riscos de negócio terá normalmente uma consequência financeira e, portanto, um efeito no relato financeiro da entidade auditada. O autor conclui que os auditores deverão discutir os riscos do negócio como parte do processo de planeamento da auditoria.

Os conhecimentos adquiridos pelo auditor acerca do negócio e da indústria do cliente, servirão de base para a avaliação do seu risco de negócio. O risco de negócio pode estar associado a fatores internos e/ou fatores externos que afetam o cliente e o seu ambiente, tais como as recessões económicas, as mudanças tecnológicas, as ações dos concorrentes, as localizações geográficas dos fornecedores, alteração das necessidades dos clientes, nova legislação e regulamentação, qualidade do pessoal e comité de auditoria ineficaz. Cabe à gestão gerir da melhor forma o seu risco de negócio, tendo para esse efeito os denominados processos-chave que lhe confere uma vantagem ou desvantagem competitiva. Arens et al. (2023) refere que administração deve ser a principal fonte de identificação dos riscos de negócio do cliente. O autor afirma ainda que, especialmente nas empresas cotadas, a administração deve efetuar avaliações exaustivas dos riscos relevantes para a atividade e que afetam os seus relatórios financeiros. Segundo Rittenberg et al. (2015), o auditor deverá compreender esses processos, os fatores da indústria que afetam os processos-chave, a forma como a gestão monitoriza os processos e o seu desempenho, e os potenciais efeitos operacionais e financeiros associados aos processos-chave. A Figura 2 ilustra, de forma resumida, a relação entre o negócio e

indústria do cliente, o seu risco de negócio e a avaliação do auditor do RDM nas DF's:



**Figura 2** - Relação entre negócio do cliente, risco de negócio e risco de distorção material (Fonte: Elaboração própria)

Desta forma, com o objetivo de avaliar o risco de negócio do cliente, o auditor considera a sua indústria e outros fatores externos, bem como as estratégias empresariais, processos e outros fatores internos (Arens et al., 2023). Adicionalmente, o auditor analisa os controlos de gestão que podem mitigar o risco de negócio, como práticas eficazes de avaliação de riscos e governança corporativa. Após avaliar o risco de negócio do cliente, o auditor avalia o RDM nas DF's e, em seguida, aplica o modelo de risco de auditoria para determinar a extensão apropriada de evidência de auditoria.

O IFAC (2018) refere que a diferença entre o risco de negócio e risco de fraude, é que este último “resulta de uma ação deliberada de uma pessoa”, no entanto, um risco poderá ser simultaneamente um risco de negócio e um risco de fraude. A ISA 240 - *Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras* refere que os fatores de risco de fraude correspondem a acontecimentos ou condições que indicam um incentivo ou pressão ou proporcionam uma oportunidade para cometer fraude (§11 da ISA 240, IAASB, 2022). A referida norma define as responsabilidades do auditor relativas ao risco de fraude, estabelecendo os requisitos necessários para a sua prevenção, tais como: ceticismo profissional, discussão entre a equipa de trabalho, procedimentos de avaliação de risco e atividades relacionadas,

identificação e avaliação dos RDM devido a fraude, respostas a esses riscos, avaliação da prova de auditoria, declarações escritas, comunicações ao Órgão de Gestão e Encarregados de Governação, relato da fraude a uma autoridade apropriada fora da entidade e documentação.

Remetendo para a ISA 315R, esta veio introduzir cinco fatores de risco inerente como auxiliares na avaliação do risco, e um novo espectro de risco, no qual se encontram na sua extremidade os riscos significativos. Os fatores de risco inerente são características de acontecimentos ou condições que afetam a suscetibilidade de distorção, devido a erro ou fraude, de uma asserção sobre uma classe de transações, saldo de conta ou divulgação, antes da consideração dos controlos. Estes podem ser qualitativos ou quantitativos e incluem a complexidade, a subjetividade, a mudança, a incerteza ou a suscetibilidade de distorção devido à parcialidade da gestão ou a outros fatores de risco de fraude, na medida em que afetam o risco inerente. Por sua vez, o risco significativo trata-se de um RDM identificado, para o qual a avaliação do risco inerente está próxima da extremidade superior do espectro do risco inerente devido ao grau em que os seus fatores afetam a combinação da probabilidade de ocorrência de uma distorção e a magnitude da potencial distorção caso ocorra. De acordo com o §31 da ISA 315R (IAASB, 2022), esta exige uma avaliação separada do risco inerente e do risco de controlo. Para a avaliação do risco inerente, o auditor deve avaliar a probabilidade e a magnitude da distorção, tendo em conta o grau em que os fatores de risco inerente afetam a suscetibilidade das asserções relevantes à distorção, variando numa escala que é referida como “espectro de risco inerente”.

Segundo o §A63 da ISA 315R (IAASB, 2022) os riscos de negócio que aumentam a suscetibilidade a RDM podem resultar de: (i) objetivos ou estratégias inadequados, execução ineficaz de estratégias, ou mudança ou complexidade; (ii) incapacidade de reconhecer a necessidade de mudança; e (iii) incentivos e pressões sobre a gestão que podem resultar em enviesamentos intencionais ou não intencionais por parte da gestão e consequentemente afetar a razoabilidade de pressupostos significativos e as expectativas da gestão ou dos responsáveis de governação.

#### **2.4. Procedimentos Analíticos Preliminares**

O §14 da ISA 315R refere-se aos PA como um instrumento a desenvolver para a

identificação dos RDM (IAASB, 2022). Segundo o §A27 da ISA 315R (IAASB, 2022), os PA ajudam a identificar inconsistências, transações ou eventos não usuais e valores, índices e tendências que indicam assuntos que podem ter implicações em auditoria. Esta análise ajuda o auditor a identificar RDM, especialmente riscos de distorção relevante devido a fraude. De acordo com §4 da ISA 520 – *Procedimentos Analíticos*, os PA são definidos como: i) apreciações da informação financeira através da análise de relações plausíveis não só entre dados financeiros como também não-financeiros; e, ii) a investigação que for necessária sobre flutuações ou relações identificadas que sejam inconsistentes com outra informação relevante ou que difiram de valores esperados numa quantia significativa.

Os PA executados na fase de planeamento permitem que o auditor obtenha um maior conhecimento da entidade e do seu meio envolvente, um entendimento das transações ocorridas durante o período de referência e conhecer as áreas que apresentam um maior risco. Boynton et al. (2021) defendem que a utilização de PA na fase de avaliação de riscos contribui para uma auditoria mais eficiente, exigindo um menor dispêndio de recursos, orientando o auditor para as áreas de risco significativo e reduzindo a extensão do uso de procedimentos substantivos.

Hayes (2015) refere que os PA consistem na análise de rácios e tendências significativas, incluindo a investigação resultante de flutuações e relações que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que se desviam dos montantes esperados. O autor conclui que, ao utilizar PA, o auditor procura responder à questão: “*Do the numbers make sense?*”. Relativamente à sua utilização na fase de planeamento, Hayes (2015), afirma que o objetivo dos PA é destacar as áreas de risco para restringir o foco do planeamento da natureza, tempestividade e extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.

Segundo a AICPA (2021), os PA, também designados de procedimentos de revisão analítica, devem ter como foco: (i) melhorar o entendimento do auditor sobre o negócio do cliente e as transações e eventos que ocorreram desde a última auditoria; (ii) identificar as áreas que possam representar riscos específicos relevantes para a auditoria. A AICPA (2021) refere ainda que os auditores devem incluir nos PA preliminares, procedimentos relacionados com o reconhecimento da receita, no sentido de identificar relações não usuais ou inesperadas que possam indicar informação financeira fraudulenta.

Para algumas entidades, os PA preliminares consistem em analisar as alterações nos saldos das contas do ano anterior face ao ano corrente, tendo por base a razão geral ou o balancete preliminar, enquanto, para outras entidades, dependendo da dimensão e da complexidade do negócio, podem envolver análises extensivas das DF's trimestrais.

Almeida (2019, p.159), refere que “a avaliação de desempenho da empresa através de PA tem duas vertentes: uma vertente de recolha de informação a nível interno e outra vertente de recolha de informação a nível externo.”. Neste seguimento, a primeira diz respeito à informação recolhida junto dos departamentos da entidade e a comparação de *benchmarks* da entidade com os dos concorrentes, enquanto a segunda engloba a recolha de informação junto de agências de rating, agências de crédito, seguradoras, entre outras.

Segundo a AICPA (2021), a execução dos PA é desenvolvida em quatro fases fundamentais: formação de expectativas (Fase I), identificação das diferenças (Fase II), investigação das diferenças (Fase III) e, por último, avaliação dos resultados (Fase IV). Na primeira fase do processo de revisão analítica (RA), o auditor define as expectativas dos montantes esperados dos saldos das contas das DF's com base nas DF's do ano anterior, orçamentos, informações do setor e informações não financeiras. Desta forma, qualquer diferença entre a expectativa e o montante registado indicará uma possível distorção.

Na segunda fase do processo de RA, o auditor compara os valores esperados, resultantes das expectativas formuladas na fase anterior, com os valores registados na contabilidade. Hayes (2015) defende que, nesta fase, a capacidade do auditor detetar erros padrão nos dados financeiros influencia a eficiência e a eficácia da auditoria. É também nesta fase que o auditor deve determinar um valor a partir do qual a diferença entre o valor esperado e valor registado é considerada materialmente relevante.

Na terceira fase do processo de RA, o auditor investiga as possíveis razões para a diferenças consideradas materialmente relevantes, identificadas anteriormente. Segundo o AICPA (2021), a diferença poderá estar relacionados com erros subjacentes aos valores registados ou com fatores relacionados com a fiabilidade dos dados utilizados para a formulação das expectativas. Quanto maior o nível de precisão da expectativa, maior a probabilidade de que a diferença entre a expectativa do auditor e o valor registado se deva a distorções. Inversamente, quanto menos precisa for a expectativa, maior a probabilidade de que a diferença se deva a fatores relacionados com a fiabilidade dos dados utilizados

pelo auditor.

A última fase do processo de RA consiste na avaliação do impacto nas DF's das diferenças identificadas anteriormente. O auditor deve avaliar se as razões analisadas na terceira fase, justificam as diferenças materialmente relevantes, ou se, não sendo suficientemente explicativas, será necessário recolher mais prova. De acordo com o AICPA (2021), se o montante da diferença que não pode ser apropriadamente explicado estiver abaixo do limiar de materialidade, o auditor pode concluir que não existe distorção material. Em contrapartida, se a parte da diferença não justificável é significativa, o auditor pode concluir que existem erros materialmente relevantes nas DF's.

Pinho et al. (2014), no seguimento do estudo realizado a 92 entidades responsáveis pela realização de auditorias financeiras em Portugal (empresas de auditoria e auditores individuais), conclui que os auditores utilizam com maior frequência os PA na fase de planeamento, do que nas fases de recolha de prova e de formulação de opinião. Segundo o estudo, os auditores portugueses são ainda bastante conservadores quanto à utilidade dos PA, independentemente da dimensão da entidade ou do tipo de prática profissional, tendendo a utilizá-los como uma técnica de planeamento e não para fins de recolha de prova de auditoria ou como uma ferramenta para revisão global e emissão de opinião.

No estudo de Pinho et al. (2022) que incidiu sobre os sócios de auditoria das empresas *Big 4* da Península Ibérica, os autores concluíram que os auditores tendem a recorrer com maior frequência a PA em áreas onde existe um maior volume de transações, onde existem habitualmente sistemas informáticos de gestão e contabilidade, capazes de fornecer dados para a aplicação dos PA pelos auditores, e onde as transações registadas são mais rotineiras. Neste seguimento, os autores constataram que as áreas onde os auditores utilizam PA com maior frequência são as áreas de vendas/clientes, compras/fornecedores, gastos com pessoal, receita e gastos financeiros. Assim, concluíram que nas áreas anteriormente mencionadas, tendem a realizar-se procedimentos menos complexos, tais como testes comparativos, análise de tendências, rácios financeiros e testes de razoabilidade.

## **2.5. Caracterização da Atividade Seguradora**

Tal como refere Macedo (2013), a atividade seguradora está implicitamente ligada ao risco, sendo possível afirmar que este é o seu elemento fundamental. O autor afirma

que o seu objeto social tem como núcleo a existência de risco e a reparação das consequências da concretização desse mesmo risco – sinistro.

Os seguros viabilizam a atividade eficiente e lucrativa das empresas ao fornecer mecanismos para transferência de risco, através dos quais os riscos associados aos seus negócios são assumidos por terceiros. Além disso, os seguros permitem que as empresas obtenham financiamento de instituições financeiras e outros credores, na medida em que funcionam como uma proteção em caso de incumprimento de pagamento por parte dos devedores. Sinha e Ahmad (2009) defendem que o setor segurador incentiva os investidores, credores e empreendedores a expandir os seus negócios, apostando na inovação, na medida em que as seguradoras assumem a cobertura de determinados riscos subjacentes. Os autores concluem que um sistema de seguro eficaz promove um elevado nível de atividade económica, que resulta numa economia em crescimento. Mais, defendem ainda que o papel do setor segurador na economia moderna é o de (Sinha e Ahmad, 2009): (i) promover a estabilidade financeira e a segurança, tanto a nível nacional como pessoal; (ii) estimular os investimentos produtivos e a inovação através da mitigação das consequências financeiras; (iii) mobilizar a poupança; (iv) contribuir para uma utilização eficiente do capital, com base no papel fundamental das seguradoras enquanto investidores institucionais. Tendo em conta que quase tudo o que tem valor pode ser segurado, o setor segurador afeta o setor bancário, o turismo, a saúde, a construção civil, a indústria transformadora, entre outros setores.

A importância do setor dos Seguros para os cidadãos e empresas ficou comprovado recentemente no período da pandemia Covid-19. As seguradoras ofereceram tranquilidade em tempos de instabilidade e desempenharam um papel fundamental no combate aos efeitos socioeconómicos negativos provenientes da pandemia. Por outro lado, a crise pandémica poderá ter criado a oportunidade de as seguradoras explorarem o seu papel enquanto impulsionadoras de resiliência da economia e da sociedade como um todo (Global Federation of Insurance Associations, 2020).

De acordo com Thorburn et al. (2020), a pandemia Covid-19 não é um evento *Black Swan* para o setor segurador, isto é, uma ocorrência praticamente impossível de prever, que acarreta consequências catastróficas. Os autores argumentam que, especialmente nos seguros de vida e saúde, as pandemias são consideradas eventos de maior exposição de risco, sendo que cada vez mais são exigidos regimes de solvência e

de fundos próprios que tenham em conta cenários de pandemia. No entanto, a Covid-19 veio criar dificuldades e desafios excepcionais para o setor segurador.

Segundo o Relatório trimestral de Evolução da Atividade Seguradora referente 4º trimestre de 2022, publicado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, as seguradoras aumentaram os seus resultados líquidos para 900 milhões de euros em 2022, valor superior em 39% ao registado em 2021 e o dobro do verificado em 2020, ano de início da pandemia. O ramo Não Vida apresentou um crescimento de 7,4% face a 2022, enquanto o ramo Vida decresceu 22,1%.

De acordo com a análise do Alves et. al (2022), a pandemia trouxe mudanças na forma como a população olha para a saúde, levando ao aumento da procura de mais seguros neste ramo, situação que se prevê manter-se ou mesmo intensificar-se. O setor segurador acredita que, subjacente ao aumento da procura, surge o desafio de contar cada vez mais com novas tecnologias para responder às necessidades dos consumidores e medir novos riscos. Em fevereiro de 2022 surge a guerra na Ucrânia, que veio impactar a atividade seguradora no decorrer do ano. Apesar de nas regiões em conflito existir exclusão de toda a ordem a nível de cobertura de riscos, isso não significa que a atividade seguradora não seja afetada por eventos paralelos que ocorrem mundialmente. Desta forma, os grandes riscos da atualidade para o setor segurador são os riscos pandémicos, as alterações climáticas, o risco cibernético e interrupção de negócio e/ou fornecimentos de matérias-primas.

A perspetiva da *Deloitte* para o setor segurador em 2023, apresentada no *2023 insurance Outlook*, é de que: (i) a inflação prejudica a rentabilidade do ramo não vida, ao mesmo tempo em que aumenta os preços e crescimento da receita; (ii) as oportunidades são abundantes para seguradoras proativas não vida; (iii) a transformação das seguradoras de vida provavelmente é a chave para o crescimento sustentável; (iv) as seguradoras de grupo estão a tornar-se inovadoras em meio à dinâmica de mudanças; (v) as seguradoras estão a reinventar as estratégias e cultura no local de trabalho à medida que a intensificam a procura de talentos.

### **3. Apresentação da empresa e do estágio**

#### **3.1. Apresentação da empresa**

A *Deloitte*, reconhecida por integrar o grupo das *Big Four*, apresenta-se como

uma marca global presente em mais de 150 países e territórios e com uma rede de cerca de 345 mil profissionais que prestam serviços de Audit and Assurance, Consulting, Financial Advisory, Risk Advisory e Tax. A marca *Deloitte* opera em firmas independentes membros da *Deloitte Touche Tohmatsu Limited (DTTL)*, sociedade de responsabilidade limitada do Reino Unido, sendo que cada firma membro presta serviços numa determinada área geográfica, estando consequentemente sujeita às leis e regulamentos profissionais do país ou dos países em que opera. O papel da DTTL é o de agregar as melhores práticas e promover consistentemente um nível elevado de qualidade em toda a rede *Deloitte*.

De acordo com o Relatório de Transparência de 2022, em Portugal a rede *Deloitte* opera através das seguintes sociedades:

- *Deloitte & Associados, SROC S.A.*
- *Deloitte Tax* (anteriormente denominada *Deloitte Tax, S.A.*)
- *Deloitte Technology, S.A.*
- *Deloitte Processes & Operations, S.A.*
- *Deloitte Delivery Center, S.A.*
- *Deloitte Central Services, S.A.*
- *Deloitte Business Consulting, S.A.*
- *Deloitte Risk Advisory, S.A.*
- *Deloitte Corporate Finance, S.A.*
- *Deloitte Digital Solutions, S.A.*
- *DMI - Mediação Imobiliária, S.A.*

As referidas entidades são juridicamente separadas e independentes entre si, que partilham processos e serviços de suporte à atividade, incluindo instalações, recursos e sistemas de controlo interno de qualidade e de garantia de independência.

A *Deloitte* Portugal tem escritórios em Lisboa, no Porto e em Viseu, com sede na primeira referida, e contava, a 31 de maio de 2022, com cerca de 4.300 profissionais. Os profissionais das sociedades constituintes da *Deloitte* Portugal partilham de padrões de excelência, valores e princípios éticos, metodologias e sistemas de controlo de qualidade e de gestão de risco estabelecidos pela DTTL. Como tal, a *Deloitte* considera que os seus valores comuns são “Lead the way, serve with integrity, take care of each other, foster

inclusion, collaborate for measurable impact”.

### 3.2. Apresentação do estágio

O estágio na *Deloitte & Associados, SROC S.A.* (“Sociedade”) teve início a 1 de setembro de 2022, com uma duração prevista de nove meses. A Sociedade presta serviços de *audit and assurance*, tendo como objeto social o conjunto de atividades permitidas por lei aos Revisores Oficiais de Contas.

O estágio decorreu no departamento de *Audit and Assurance FS - Financial Services*, sob orientação do *partner* Paulo Antunes. O departamento de FS presta serviços de auditoria e *assurance* aos setores da banca, seguros, gestão de investimentos e imobiliário.

As primeiras semanas de estágio destinaram-se a formação técnica dada por *managers* do departamento de *audit and assurance*, abrangendo temas como o conhecimento da entidade e o seu controlo interno, procedimentos substantivos, programas de auditoria da *Deloitte (Engagement Management System – EMS, e Levvia)*, bem como competências profissionais e de liderança relevantes para o nível de Analista. Importa referir que a Sociedade aposta numa célere progressão de carreira e num modelo de transferência de conhecimentos entre os diversos níveis hierárquicos, descritos de seguida por crescente: *Analyst, Consultant, Senior Consultant, Manager, Senior Manager e Partner*. Concluído o processo de formação, cada *trainee*, com funções equiparáveis às funções desempenhadas pelo Analista, foi alocado a projetos com as suas equipas, para assim iniciar a Fase Preliminar de auditoria, compreendida habitualmente entre os meses de setembro e dezembro.

Mais especificamente, na primeira fase inicia-se o trabalho de campo realizado antes do fecho de contas das empresas, focando no conhecimento da empresa e do seu negócio, compreensão do controlo interno, indagação aos órgãos de gestão e outros colaboradores do cliente acerca de possíveis situações de fraude ou erro reportadas, PA preliminares, definição de materialidade preliminar, identificação dos saldos de contas e das classes de transações significativas e avaliação de risco. Por outro lado, na Fase Final, compreendida normalmente entre os meses de janeiro a maio e após o fecho de contas dos clientes, são realizados procedimentos substantivos finais e complementadas as análises efetuadas na fase preliminar. De salientar que esta é uma visão geral de ambas

as fases, já que estas englobam um conjunto de outros procedimentos e análises que culminam na emissão da Certificação Legal de Contas.

### 3.3. Atividades desenvolvidas

Ao longo do estágio, tive a oportunidade de desempenhar tarefas nas diversas fases do trabalho de auditoria, que, segundo o *DTTL Audit Approach Manual* são as seguintes: *Planning, Special Considerations and other Audit Procedures, Tests of Controls and Substantive Procedures e Evaluate and Conclude*.

Uma das tarefas importantes na fase preliminar de auditoria é a de elaborar uma lista de pedidos ao cliente, solicitando por exemplo o balancete, as DF's, os balancetes de terceiros, os extratos de contas e bancários, declarações de não vida, políticas internas, manuais de processos e normativos, documentação interna com a identificação de riscos e controlos da entidade, atas do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Assembleia Geral, entre outros. Estas informações servirão de base ao trabalho de campo da fase preliminar. De salientar que é necessário existir um controlo dos pedidos à medida que o cliente disponibiliza a informação, tendo assim presente os pedidos em falta e evitando pedidos em duplicado.

Uma das primeiras tarefas que realizei foi o resumo de atas do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Assembleia Geral. As atas desempenham um papel importante na obtenção de evidências e na compreensão dos processos internos da entidade, na medida em que são documentos escritos onde se registam informações como a aprovação da distribuição do resultado líquido, o acompanhamento da atividade, a apreciação de contas, aprovação de orçamentos, planos estratégicos, políticas e investimentos, entre decisões importantes tomada pela Administração da entidade. Neste sentido, foi elaborado um ficheiro Excel com o resumo de todas as atas disponíveis à data da auditoria preliminar.

A fase do planeamento anteriormente denominada “Conhecimento do negócio e da indústria do cliente”, trata-se da responsabilidade do auditor de obter uma compreensão da entidade e do seu ambiente e da estrutura de relato financeiro aplicável, a fim de identificar e avaliar os RDM das DF's. Nesta fase, o suporte aos papéis de trabalho foram as indagações efetuadas aos responsáveis dos vários departamentos, o relatório e contas da entidade, os seus manuais, procedimentos e políticas internas, o seu

organograma, entre outros. Como resultado deste trabalho, elaboraram-se dois documentos word, denominados: “Fatores externos que afetam a entidade” e “Fatores Internos que afetam a entidade”. No primeiro documentaram-se os seguintes aspetos: condições atuais do setor em que o cliente se insere, leis e regulamentos que poderão ter um impacto direto na determinação de montantes materiais e divulgações nas DF’s, incluindo a estrutura de relato financeiro aplicável, e outros fatores externos que afetem o ambiente da entidade. No segundo documentaram-se aspetos como operações de negócio da entidade, estrutura organizacional, atividades de financiamento e investimento, relato financeiro e objetivos e estratégias de negócio e riscos associados.

Outra das tarefas realizadas foi o tratamento de dados, nomeadamente dos balancetes recebidos. Após a receção dos balancetes verificou-se que a soma dos débitos das contas seria igual à soma dos créditos - o balancete estava balanceado. De seguida, o mapeamento das rúbricas para posteriormente ser carregado no *Trial Balance* do software online que suporta todo o processo de auditoria.

Posto isto, seguiu-se a etapa de elaboração da RA, que se trata de um papel de trabalho com a informação do balancete, balanço, demonstração de resultados, notas de balanço e notas da demonstração de resultados, quer do período corrente quer do período anterior. A RA permite comparar e analisar as variações das contas face ao período comparativo. No quarto capítulo do relatório aprofundarei o tema dos PA preliminares, também denominados por “revisão analítica”.

Tive oportunidade de dar o meu contributo nas fases de identificação de classes de transações, saldos e divulgações significativas, e de procedimentos de *risk assesment*. Uma classe de transações, saldo ou divulgação é significativa quando existe uma ou mais asserções relevantes associadas a esta. Por outro lado, uma asserção é relevante quando existe um RDM associada.

Tal como descrito no §29 da ISA 315R (IAASB, 2022), no processo de identificação de RDM, o auditor deve determinar as asserções relevantes e as classes de transações, saldos de contas e divulgações significativas. Por outro lado, o §31 da referida norma refere que, para os riscos de distorção material identificados ao nível das asserções, o auditor deve avaliar a probabilidade e a magnitude da distorção, tendo em conta: os fatores de risco inerente que afetam a suscetibilidade de asserções relevantes à distorção; e (b) os riscos de distorção material ao nível das DF’s que afetam a avaliação do risco

inerente de riscos de distorção material ao nível das asserções. O §32 da norma indica ainda que o auditor deve determinar se algum dos RDM identificado é significativo.

Desta forma, para a identificação referida, é necessário ter em conta não só a dimensão do item, mas também deve ser utilizado o julgamento profissional ao considerar fatores qualitativos e quantitativos e uma avaliação do RDM. A documentação da primeira fase, é elaborada num template Excel onde são apresentadas as rubricas constantes nas DF's. Dependendo da natureza e composição de cada rubrica, estas podem ser desagregadas e analisadas ao nível da materialidade, em separado. Posto isto, para cada rubrica respondem-se a perguntas com resposta bilateral, relacionadas com o facto da dimensão da rubrica ser superior à materialidade, se está associada a um elevado volume de atividade, complexidade, e homogeneidade de operações individuais, a sua suscetibilidade de distorção devido a erros ou fraude, se existem transações com partes relacionadas associadas a essa rubrica, entre outras. Com base no output de respostas mencionadas, conclui-se se a classe de transações, saldo de conta e divulgações (consideradas individualmente ou separadamente), são materialmente significativas ou não.

Relativamente procedimento de avaliação de riscos, utiliza-se o denominado Guided Risk Assessment (GRA). O GRA permite identificar os RDM e os controlos e procedimentos substantivos a implementar, sendo o output baseado nas respostas às perguntas relacionadas com factos e circunstâncias da entidade. Os riscos mais baixos devem ter uma resposta *standard* e os riscos mais elevados uma resposta personalizada mais detalhada. Com base nos GRAs, são efetuados os PA preliminares que apoiam a avaliação do risco. Para responder às perguntas referidas, utilizaram-se os seguintes *inputs*: dados financeiros históricos do exercício anterior e do presente exercício; conhecimento que existe do cliente e da sua envolvente; reuniões mantidas com a Administração e outros responsáveis da empresa; e revisões analíticas preliminares e finais.

### 3.3.1. Circularização

Durante a fase preliminar de auditoria, um dos procedimentos que tive oportunidade de auxiliar na realização foi o de preparar a circularização. Apesar da preparação de circularização ser antecipada, os pedidos foram enviados solicitando a

confirmação do saldo com referência a 31 de dezembro. A circularização tem como objetivo a obtenção de confirmações externas de terceiros, garantindo assim a veracidade das informações financeiras apresentadas nas contas da entidade. Para este efeito são enviadas cartas ou solicitações diretas a terceiros, nomeadamente, clientes, fornecedores, instituições financeiras, resseguradores, partes relacionadas e advogados. No meu caso, apenas tratei da circularização de bancos e custodiantes, resseguradores, partes relacionadas e advogados. Os advogados, bancos e partes relacionadas foram totalmente circularizados, isto é, não foi efetuada uma seleção da amostra como aconteceu por exemplo nos clientes e resseguradores. No caso dos resseguradores selecionou-se uma amostra por julgamento profissional, com base nos montantes com saldos correntes mais elevados. Após a definição dos terceiros que iriam ser circularizados, elaborou-se um ficheiro para o controlo das respostas enviadas e recebidas.

Para o processo de circularização, a *Deloitte* utiliza uma ferramenta *web-based (iconfirm)* com o objetivo de integrar os vários intervenientes no processo, auxiliando na preparação, no envio, na receção e no acompanhamento das confirmações externas.

Após a receção das respostas, devidamente assinadas por ambas as partes, isto é, cliente e terceiro, documentou-se nos testes apropriados, o saldo contabilístico, o saldo que consta da confirmação externa, a data de referência e um comentário, caso necessário. Caso os saldos não estejam em concordância, o procedimento será questionar o cliente acerca da diferença de valores, e perceber se a justificação dada é coerente.

### **3.3.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem**

A rubrica de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, apesar de muitas vezes não ser considerada material a nível de dimensão, é das contas de ativos em que ocorre o maior número de transações ao longo do ano. Tal como referido quando abordava o tema de risco de fraude, o volume de transações que a rubrica origina poderá representar um incentivo e/ou uma oportunidade para os colaboradores cometerem fraude. Desta forma, foi necessário garantir que existia uma adequada segregação de funções entre o colaborador responsável pelo registo dos movimentos e o que autoriza esses movimentos.

No caso dos depósitos bancários identificámos os seguintes riscos de distorções

materiais e respetivas asserções: (i) O saldo da conta corresponde a depósitos inexistentes – Existência; (ii) A entidade não possui o direito sobre os montantes constantes nas contas – Direitos e Obrigações; (iii) Existem depósitos omitidos, não refletidos na contabilidade – Plenitude; (iv) Os montantes registados não estão corretamente avaliados e alocados – Valorização e afetação; (v) Os saldos de depósitos não estão adequadamente classificados nas demonstrações financeiras – Classificação.

Para fazer face aos riscos associados à rubrica, começou-se por solicitar junto das instituições financeiras, os extratos bancários das contas que o cliente possui, incluindo o detalhe dos colaboradores com poderes de movimentação. Como referido no capítulo anterior, todos os bancos com quem a entidade mantém relações, devem ser circularizados. O processo consiste assim no envio de cartas para as instituições financeiras solicitando o saldo da conta com referência a 31 de dezembro, não mencionado o montante que consta do registo contabilístico do cliente. O primeiro passo após a receção das cartas dos bancos é o de reconciliar o valor que consta no extrato bancário com o valor registado na contabilidade da entidade. É usual existirem diferenças entre o saldo bancário e o saldo contabilístico, resultantes dos denominados “itens em aberto”. Estas diferenças devem-se ao facto de existirem movimentos evidenciados no extrato bancário, mas não no registo contabilístico, que por sua vez deverão ser corrigidas em datas posteriores à circularização. Assim, solicitaram-se as reconciliações bancárias efetuadas pela entidade com referência a 31 de dezembro e identificou-se se o cálculo dos movimentos em aberto se encontrava corrente. Se a nossa análise partir do saldo bancário, devem somar-se os itens em aberto a débito e subtrair-se os itens em aberto a crédito, obtendo o saldo contabilístico. Dado o elevado volume de itens em aberto, alguns de montantes relativamente baixos, para solicitar evidência de que as diferenças foram regularizadas no período subsequente, considerou-se necessário efetuar uma seleção, através da ferramenta *Monetary Unit Sampling* (MUS). Esta ferramenta é um método de amostragem estatística em que cada unidade monetária, neste caso, cada euro, é considerado uma unidade amostral, o que implica que a probabilidade de serem selecionados montantes mais elevados é maior. No entanto, selecionaram-se igualmente, por julgamento profissional e segundo a análise efetuada, montantes que se encontravam por regularizar há um maior número de dias, e os que representavam um maior risco de sobrevalorização dos depósitos bancários – itens em aberto a crédito no registo

contabilístico.

### 3.3.3. Capital Próprio

A análise ao capital próprio consiste em testar se os saldos iniciais, isto é, os saldos de balanço do período anterior, após os movimentos do período, perfazem os saldos finais de capital próprio registados. Para efetuar este teste, utilizou-se um template da *Deloitte*, em que a primeira *sheet* requer o preenchimento de matérias como o RDM da rubrica, a classificação do risco – *Lower, Higher* ou *Significant* –, as asserções, o procedimento associado ao risco, e a confiança ou não confiança nos controlos. Neste caso em particular, identificámos os seguintes riscos de distorções materiais e respetivas asserções: (i) Capital Próprio não existe – Existência; (ii) A entidade não tem direitos ou obrigações perante o Capital Próprio – Direitos e Obrigações; (iii) O Capital Próprio está contabilizado pelo valor incorreto – Valorização e rigor; (iv) O Capital Próprio está incompleto – Plenitude.

Posto isto, com base no saldo de abertura, isto é, a 01/01/X, identificou-se os movimentos ocorridos ao longo do ano, obtendo o saldo final, ou seja, de 31/12/X. De notar que, no teste ao Capital Próprio há que ter em conta a regulamentação aplicável e a aprovação em ata da distribuição do resultado líquido. No teste em questão fez-se referência ao artigo que determina a percentagem mínima dos lucros líquidos a que deve corresponder o montante da reserva legal. Desta forma, o procedimento utilizado avalia a fiabilidade dos dados em relação às quantias registadas, identifica as diferenças que exigem uma investigação mais detalhada, justifica as diferenças caso existam, e avalia os resultados.

### 3.3.4. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos (FSE's) externos inclui os gastos relacionados com aquisição de bens de consumo corrente e com serviços prestados por entidades externas, tais como eletricidade, água, combustíveis, despesas de representação, trabalhos especializados, rendas e alugueres, publicidade, entre outros.

Nesta rubrica identificaram-se os seguintes riscos e respetivas asserções: (i) os gastos/vendas operacionais, gerais e administrativas não estão adequadamente

classificadas nas demonstrações financeiras – Classificação; (ii) os gastos/vendas operacionais, gerais e administrativas encontram-se incompletas – Plenitude; (iii) os gastos/vendas operacionais, gerais e administrativas foram contabilizadas no período incorreto – Corte; (iv) os gastos/vendas operacionais, gerais e administrativas são registadas para transações que não ocorreram – Ocorrência; os gastos/vendas operacionais, gerais e administrativas estão registadas por valores incorretos – Rigor.

No teste aos FSE's começou-se por garantir que o detalhe disponibilizado pela entidade cruza para o montante total da rubrica registado na contabilidade. Posto isto, procede-se ao cálculo da variação absoluta e relativa das subcontas da rubrica face ao ano anterior, justificando essa variação de acordo com o conhecimento que obtivemos da atividade normal da entidade e/ou alterações significativas que tenham ocorrido durante o ano. Caso existam variações consideradas significativas para as quais o auditor não encontra justificação fundamentada, é necessário perceber junto da entidade o que levou ao aumento/diminuição dos gastos da subconta. Dada a extensão da rubrica, geralmente analisam-se apenas as subcontas materialmente relevantes, e as que apresentam uma maior variação face ao período anterior.

Existem dois tipos de teste de auditoria efetuadas no caso da rubrica de FSEs: os testes preditivos e os testes de detalhe. A escolha entre um ou outro tipo de teste depende do carácter regular ou irregular da subconta. No caso dos primeiros, é necessário que a subconta tenha um carácter regular, tanto ao nível de periodicidade, quanto ao montante, como é o caso de gastos com seguros, de eletricidade e água, de rendas e alugueres, entre outros. O procedimento nos testes preditivos é seleccionar aleatoriamente um mês do ano, identificar o montante de gasto pago nesse mês, e multiplicá-lo pelos doze meses do ano, caso aplicável, obtendo assim uma estimativa do gasto anual para a entidade. Adicionalmente, solicita-se a fatura do mês seleccionado e analisa-se se possui os elementos legalmente exigidos e se o montante da fatura coincide com o registo contabilístico. Após o cálculo da estimativa, há ainda que garantir que a diferença entre a estimativa calculada e o montante registado não é superior ao *threshold*. Este termo refere-se ao limiar de materialidade definido para garantir que o auditor obtém uma segurança razoável de que não se deteta uma distorção materialmente relevante que possa afetar significativamente as DF's. Por outro lado, nos testes ao detalhe, são analisados gastos de periodicidade e montante irregular ao longo do ano, como o caso da

publicidade, dos trabalhos especializados, das despesas de representação, entre outros. O primeiro passo nos testes ao detalhe é selecionar aleatoriamente um conjunto de faturas, com recurso à ferramenta MUS, e, se necessário, por julgamento profissional as subcontas com maior variação face ao período homólogo, e solicitar essas evidências ao cliente. O passo seguinte, ou seja, o de analisar detalhadamente as faturas, quer em termos de data, numeração, descrição de bens ou serviços, montantes e termos de pagamento e condições de crédito, é denominado por *vouching* de faturas.

## 4. Componente prática

### 4.1. Metodologia

A metodologia utilizada neste relatório foi a seguida pela *Deloitte* na execução de trabalhos de auditoria e serviços relacionados – Audit Approach Manual (AAM). Esta metodologia baseia-se nas ISA. Recentemente, no âmbito do processo de transformação de *Audit & Assurance* foi introduzida a iniciativa *The Deloitte Way*. O objetivo é uniformizar os procedimentos de auditoria, sendo para esse efeito desenvolvidos um conjunto de *workflows*, denominados *Deloitte Way Workflows* (DWW). Os *workflows* incluem a execução de procedimentos de identificação e avaliação de riscos, através do software EMS online, tendo por base guias (Guided Risk Assessment), já mencionadas anteriormente, e suportando os julgamentos efetuados em factos quantitativos e qualitativos. Os trabalhos de auditoria são suportados por ficheiros eletrónicos, através do EMS, que é alimentado nomeadamente por políticas e guias e procedimentos, totalmente alinhada com as ISA. O EMS suporta todo o processo de auditoria desde o planeamento, passando pela execução e comunicação das conclusões.

Relativamente aos PA preliminares, estes são exigidos como parte integrante dos procedimentos de avaliação de risco, com o objetivo de (i) auxiliar na obtenção de um entendimento geral da entidade e de seu ambiente, e (ii) obter um entendimento geral do conteúdo das DF's e resultados operacionais significativas, ou alterações contabilísticas que possam ter ocorrido desde o anterior trabalho de auditoria. Neste âmbito, realizam-se análise de variações nos saldos de contas, análises dos principais índices financeiros, incluindo a comparação com índices do setor e formulação de expectativas de relações que se espera que existam, análise relacionada especificamente com a receita, formular expectativas sobre as divulgações necessárias para que as DF's da entidade sejam

apresentadas de forma apropriada e em conformidade com a estrutura de relato financeiro aplicável, e se necessário, outras análises como a análise detalhada de saldos ou índices por trimestre ou mensal.

#### **4.2. Execução de procedimentos analíticos na fase de identificação de risco de distorção material**

De forma a cumprir o propósito definido na parte prática deste relatório, selecionei uma seguradora pertencente à lista de cliente da SROC. Irei assim descrever de que forma foram efetuados os PA na fase de planeamento da auditoria em questão. Por motivos de confidencialidade e proteção de dados, este trabalho não fará referência a nenhum elemento identificador do cliente, e a entidade será adiante denominada “ABC Seguros, S.A.” (ABC).

O objetivo da RA é analisar as variações ocorridas nas DF’s da ABC face ao último período de referência tendo em vista a identificação de eventuais operações/variações inesperadas ou não-usuais que representem um risco acrescido de auditoria (incluindo risco de distorção devido a fraude), para permitir o planeamento atempado dos procedimentos de auditoria a efetuar para mitigar os mesmos.

As rubricas e/ou variações a analisar são selecionadas consoante a materialidade definida, ou seja, para análise são selecionadas a generalidade das rubricas de balanço com saldos e/ou variações superiores à materialidade. Adicionalmente, são também selecionadas, por julgamento profissional, as rubricas que pela sua natureza se entende que possam representar um risco acrescido de distorção material nas DF’s. Ao nível das rubricas da demonstração de resultados, selecionam-se apenas por julgamento profissional as rubricas que apresentem alguma variação significativa ou distinta da expectativa gerada pela análise dos saldos de balanço.

##### **4.2.1. Definição da materialidade**

Tendo em conta o critério de seleção das rubricas e/ou variações a analisar referido anteriormente, o cálculo da materialidade preliminar, com referência a 30 de junho de 2022, foi efetuado antes do início do processo de RA. O primeiro passo na definição da materialidade é o de definir o *benchmark*, com base no utilizador principal das DF’s, o foco do utilizador e os fatores que influenciam a sua tomada de decisão. Na

ABC, foi definido como *benchmark* o Capital Próprio, na medida em que o acionista é o principal utilizador das DF's, e, portanto, o Capital Próprio seria a variável que melhor espelhava a situação de solvência da entidade, traduzindo a sua capacidade para fazer face a eventos inesperados e para assegurar a satisfação dos compromissos perante os segurados. Para efeitos de definição do montante a considerar como *benchmark*, efetua-se uma extrapolação do resultado líquido do exercício (RLE) para 31-12-2022. Com base no capital próprio a 30-06-2022, sem o RLE, divide-se este montante por 6 meses multiplicado por 12 meses, obtendo o RLE extrapolado para 31-12-2022. A soma destas duas parcelas perfaz o capital próprio extrapolado para 31-12-2022, que foi utilizado como *benchmark* (Anexo II). Posto isto, procede-se ao cálculo da materialidade, com base no valor calculado (Anexo III). O fator selecionado para cada *benchmark* é selecionado dentro do intervalo definido para a firma, sendo neste caso de 2%, ou seja, 47.100.000,00 euros multiplicado por 2% perfaz o valor de 942.000,00 euros, que diz respeito à materialidade global calculada. Relativamente à materialidade definida, pode optar-se por manter a calculada se não tiverem sido identificadas situações que levassem à sua alteração. A materialidade global definida é então de 900.000,00 euros, ao qual é aplicada a percentagem de 20% do nível de estimativa de erros não corrigidos (abordagem seguida pela firma). A materialidade de execução será a diferença entre os 180.000,00 euros calculados anteriormente e a materialidade definida. Por fim, obtemos o montante de *threshold* (ctt), conceito analisado anteriormente, aplicando a percentagem de 5% que diz respeito ao limiar de distorções triviais, obtendo o montante de 45.000,00 euros.

#### **4.2.2. Revisão analítica preliminar de rubricas materialmente relevantes**

Primeiramente, importa diferenciar os conceitos de “risco significativo” e “risco presumido”. O risco significativo, é identificado pelo auditor na fase de planeamento da auditoria, por considerar que a área específica merece uma atenção especial durante o trabalho. Tal como descrito no §A10 da ISA 315R (IAASB, 2022), a significância do risco pode ser considerada no contexto de como, e até que ponto, os fatores de risco inerente afetam a combinação da probabilidade de ocorrência de uma distorção e magnitude da potencial distorção, caso ocorra. Por outro lado, o risco presumido, tal como o nome indica, é o risco que o auditor presume, independentemente da análise de riscos efetuada à entidade específica, por historicamente a área ter uma maior probabilidade de

conter erros ou fraudes. Assim, os riscos presumidos são simultaneamente riscos significativos. Geralmente, os riscos presumidos são os seguintes: reconhecimento da receita e o risco de *management override of controls*. Este último efetiva-se de diversas formas, incluindo (i) a subjetividade associada a estimativas que dependem de julgamento da Administração, (ii) registos contabilísticos, (iii) realização de transações significativas não usuais, e (iv) realização de transações com entidades relacionadas não usuais ou sem substância económica.

#### 4.2.2.1. Receita – Prémios Brutos Emitidos

Segundo o §26 da ISA 240 (IAASB, 2022), o auditor, ao avaliar RDM devido a fraude, deve, com base no pressuposto de que existem riscos de fraude no reconhecimento do rédito, avaliar que tipos de rédito, de transações de rédito ou de asserções dão origem a tais riscos. Com base na RA preliminar efetuada, e no levantamento de procedimentos da receita (*business process*), considerou-se como risco significativo o reconhecimento da receita, neste caso, o reconhecimento de prémios brutos emitidos. Estes são reconhecidos com base no recebido do prémio emitido e no período de risco do mesmo. Este risco materializa-se ao nível da introdução das apólices em sistema com condições erradas, asserção rigor, e/ou na criação de apólices fictícias, asserção ocorrência. O *business process* e o *pinpointing* da receita, têm como objetivo entender o processo de reconhecimento a receita, e identificar as rubricas e asserções em que se materializa o risco presumido de fraude, respetivamente. Para este fim, analisou-se a documentação interna da companhia, como por exemplo o manual de procedimentos implementado, realizaram-se reuniões com os responsáveis das áreas intervenientes no processo de reconhecimento da receita e descreveram-se os principais controlos implementados com vista à mitigação dos riscos associados.

O primeiro passo na RA preliminar da rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro” foi o de detalhar as subcontas que a compõem, cruzar o montante das DF’s para a contabilidade, e calcular a variação de cada uma face ao período homólogo, isto é, 30-06-2021. Relativamente à subconta de “Prémios brutos emitidos”, solicitou-se à ABC um detalhe mensal desde o mês de janeiro de 2021 ao mês de junho de 2022, subdivididos por ramo. De seguida, consolidou-se a informação recebida, analisando quais seriam os ramos que mais contribuíam para a receita da entidade, de que forma a produção global dos vários ramos evoluiu ao longo do período selecionado, bem como se existia uma

tendência para a concentração da emissão e pagamento de prémios em algum mês. Para auxiliar a análise elaboraram-se gráficos com a evolução mensal dos prémios brutos emitidos, bem como a evolução mensal dos prémios associados aos ramos com um crescimento mais significativo (Anexo IV). Conclui-se na análise que existia uma forte concentração de emissão e pagamento de prémios no mês de janeiro, tendo em conta que a maioria das apólices com renovação anual ocorre no mês de janeiro, especialmente no ramo Saúde. Adicionalmente, com base no detalhe de prémios brutos emitidos com referência a 30-06-2022 e 30-06-2021, calculou-se o valor médio por recebido, dividindo o total de prémios pelo número de recibos, e a variação do valor médio entre os dois períodos.

Com base no detalhe da receita analisado na RA e nas reuniões com os responsáveis da área, conclui-se que a variação de saldo da rubrica estava relacionada com o aumento de volume de prémios dos ramos indicados e, portanto, a variação seria expectável. Adicionalmente, verificou-se que a composição dos prémios brutos emitidos seria consistente com a apresentando em anos anteriores, e que, ao longo do ano, apenas se verificou um pico de prémios emitidos no mês de janeiro, o que é habitual na atividade seguradora. Desta forma, não foram identificadas situações e/ou alterações no comportamento da receita que indicassem um risco acrescido de distorção material na entidade ABC.

#### **4.2.2.1. Receita – Prémios de Resseguro Cedido**

O resseguro cedido representa a parte dos riscos que a companhia transfere ao ressegurador, ou seja, funciona com um mecanismo de transferência e cobertura de riscos. Desta forma, a rubrica de prémios de resseguro cedido representa um risco elevado de distorção material na companhia ABC, que se materializa no risco de estes se encontrarem incorretamente apurados e contabilizados por as condições dos tratados não estarem a ser aplicadas corretamente e/ou por não estarem a ser considerados todos os ramos e coberturas aplicáveis aos tratados de resseguro existentes.

Na fase preliminar da auditoria, solicitou-se à entidade ABC um detalhe de prémios emitidos resseguro cedido, por apólice e tratado, e um detalhe dos montantes pagos de resseguro cedido por sinistro e tratado, ambos com a data de referência de 30 de junho de 2022. Após a sua receção, analisou-se quais seriam os ramos com valores mais

significativos, e a evolução de crescimento dos prémios de resseguro cedido, face a período mensais homólogos. Como auxiliar da análise, elaborou-se um gráfico com a referida evolução (Anexo V).

Com base no detalhe da receita analisado na RA e nas reuniões com os responsáveis da área, conclui-se que a variação de saldo da rubrica seria justificada pelo aumento do volume de prémios, e, portanto, a variação seria expectável. Adicionalmente, verificou-se que a composição da rubrica e o seu volume de transações não sofreram alterações, concluindo que a variação verificada seria a expectável. Os registos contabilísticos, efetuados com base nas condições definidas nos tratados de resseguro, são efetuados ao longo do ano, não tendo sido identificada nenhuma atividade não usual perto do final do ano. Desta forma, não foram identificadas situações e/ou alterações no comportamento da rubrica de prémios de resseguro cedido que indicassem um risco acrescido de distorção material na entidade ABC.

#### **4.2.2.2. Carteira de Investimentos**

A rubrica de investimentos tem também um peso elevado nas DF's da entidade ABC, tendo sido identificado o seguinte risco elevado: “Os investimentos obrigatoriamente mensurados pelo justo valor, ou que a Administração definiu que deveriam ser mensurados pelo justo valor, não são registados pelo justo valor”. Um conhecimento insuficiente da natureza, nível de complexidade e metodologia de valorização dos ativos financeiros da companhia pode levar o auditor a não planear adequadamente o trabalho nesta área, não realizando atempadamente procedimentos suficientes para dar resposta ao risco de valorização dos ativos financeiros. Além disto, os ativos financeiros estão associados a mais e menos valias potenciais das carteiras que são fiscalmente relevantes em sede de IRC.

Na RA, o primeiro passo foi o de detalhar o saldo da rubrica de investimentos disponibilizado pela contabilidade, com referência a 30-06-2022. Os investimentos detidos pela ABC, encontravam-se valorizados ao justo valor de acordo com os valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por entidades externas. Para obter um maior detalhe da rubrica, foi elaborada uma reconciliação da carteira de investimentos num ficheiro Excel (Anexo VI). Para este efeito, com base na carteira de investimentos extraída do software de Gestão Financeira da ABC, reconciliou-se para cada um dos

períodos de referência. De seguida, reconciliou-se o valor de balanço, o montante de juros, a reserva de reavaliação e os ganhos líquidos através de ganhos e perdas, dos títulos em carteira para a contabilidade.

Com base no detalhe da carteira de títulos, documentado na RA, e na evolução da carteira, conclui-se que não ocorreram alterações significativas na composição da carteira. Foi tida em conta a conjuntura macroeconómica atual, marcada pela pandemia de COVID-19, e pela invasão da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022. Esta situação está associada a um aumento das taxas de juro e a um mercado financeiro volátil. Posto isto, considerou-se que existia um risco acrescido de distorção material associado à valorização dos títulos que compõem a carteira de investimentos da ABC. Adicionalmente, não ocorreram alterações no processo de registo e divulgação dos investimentos, no processo de classificação e contabilização dos investimentos e na metodologia de valorização, que representassem um risco acrescido de distorção material.

#### **4.2.2.3. Provisões técnicas**

De acordo com o artigo 68º do Decreto 94-B/98, de 17 de abril, as seguradoras, de forma a garantir o cumprimento das responsabilidades assumidas perante segurados e terceiros, constituem provisões técnicas, sendo que o incorreto provisionamento da responsabilidade pode comprometer a situação de solvência da entidade. Adicionalmente, os prémios dos contratos do ramo “Vida” devem ser suficientes, segundo critérios atuariais razoáveis, para permitir que a empresa satisfaça os seus compromissos e, nomeadamente, constitua provisões técnicas adequadas.

Na entidade ABC, podem-se identificar as seguintes provisões: (i) provisão para prémios não adquiridos, que corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes; (ii) a provisão para sinistros, que corresponde ao custo estimado com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, sendo assim composta pela provisão para sinistros já ocorridos e reportados (IBNER) e pela provisão para sinistros já ocorridos mas ainda não reportados (IBNR); e (iii) provisão para desvios de sinistralidade que se destina a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que esta tenha maiores oscilações.

Neste sentido, efetuou-se uma RA da evolução das provisões, incluindo a análise

de indicadores de atividade, para justificar essa evolução. Tendo em conta que a determinação de provisões técnicas requer a aplicação de julgamentos significativos ao nível de metodologias de cálculo, e dos pressupostos a assumir nesse cálculo, a rubrica está sujeita a estimativas subjetivas. Desta forma, alterações nos pressupostos podem ter impactos nas estimativas apresentadas, e conseqüentemente no montante apurado de provisões técnicas. Conclui-se que existira um grau significativo de incerteza associado às estimativas de provisões técnicas. Adicionalmente, pelos motivos mencionados anteriormente, foi associado um risco de *management override of controls* à determinação dos pressupostos e metodologias das provisões.

## 5. Conclusão

Em conclusão, o estágio curricular na *Deloitte & Associados, SROC, S.A.* permitiu-me adquirir competências técnicas e praticas relevantes para a minha formação académica e profissional. Durante o estágio, tive a oportunidade de participar em projetos de auditoria e de trabalhar com profissionais experientes, desenvolvendo as minhas competências de gestão de tempo e priorização de tarefas, de trabalho em equipa, de domínio de ferramentas informáticas e softwares especializados, bem como o aperfeiçoamento da comunicação e autonomia.

A RA foi uma das tarefas para as quais dei o meu contributo durante o estágio, permitindo que compreendesse a importância dos PA numa auditoria. Através deste processo, foi possível identificar e avaliar os RDM das DF's, bem como destacar as áreas de maior risco para restringir o foco do planeamento da natureza, tempestividade e extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.

Os resultados obtidos na componente prática, estão em linha com o que a literatura diz sobre os mesmos. De facto, os PA, apesar de serem uma tarefa relativamente fácil, exigem uma adequada compreensão do negócio e do setor do cliente e adaptar os procedimentos de auditoria de acordo com as circunstâncias específicas do cliente. É importante salientar que os PA não devem ser utilizados isoladamente na auditoria, sendo necessário complementar a RA com outros procedimentos como a análise documental, de forma a obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para suportar a opinião do auditor. Durante a RA realizada na ABC Seguros, S.A., foram efetuados PA como a análise da evolução de prémios brutos emitidos, da evolução dos

sinistros ocorridos, e dos respetivos custos com sinistros, entre outros. No que toca às provisões técnicas, sabe-se que estas são um elemento fundamental na atividade seguradora, permitindo garantir o cumprimento das suas responsabilidades para com segurados e terceiros, e a própria solvência. As provisões devem estar alinhadas com a evolução da receita, e, portanto, a RA da ABC permite não só analisar as rubricas individualmente, mas compreender se a forma como as evoluções destas estão relacionadas.

Ao longo do estágio, tive a oportunidade de confirmar que os PA são efetivamente utilizados na fase de identificação de RDM, e que estes contribuem para a qualidade do trabalho de auditoria. Esta constatação está em linha com o que é dito na literatura acerca da importância destes procedimentos na avaliação eficaz dos riscos e no desenvolvimento de uma estratégia eficaz. Além disso, a utilização dos PA permitiu que a equipa de auditoria direcionasse os seus recursos e esforços para as áreas de maior risco, otimizando todo o processo de auditoria e garantindo uma abordagem eficiente na deteção de erros ou fraudes.

Importa salientar que existem várias alternativas aos PA, tais como testes de detalhe, inspeção física, revisão documental, indagações e procedimentos substantivos. A escolha entre estas alternativas depende das características específicas de cada auditoria, incluindo o tamanho e a complexidade da entidade, os riscos identificados, e os recursos disponíveis. Torna-se assim necessário encontrar um equilíbrio adequado entre o uso de PA e as outras técnicas.

A realização de PA permite que o auditor obtenha um maior conhecimento da entidade e do seu meio envolvente, como a sua estrutura organizacional, a sua estratégia, os processos de negócio, as políticas contabilísticas, entre outros. Além disso, os PA permitem um entendimento das transações ocorridas durante o período de referência, orientando o auditor para as áreas de maior relevância, e reduzindo a extensão do uso de procedimentos substantivos. De notar que, com a evolução tecnológica, a auditoria incorpora cada vez mais métodos avançados de análises de dados, que permitem analisar um conjunto de dados financeiros, auxiliando na deteção de tendências, variações e relações significativas que podem indicar possíveis RDM.

A materialidade é um fator importante a ser considerado na RA, uma vez que o auditor deve avaliar o peso relativo de cada rubrica nas contas da entidade. Para cada

rubrica, avalia-se a sua dimensão, o volume de atividade, complexidade, e homogeneidade de operações individuais, a sua suscetibilidade de distorção devido a erros ou fraude, se existem transações com partes relacionadas associadas a essa rubrica, entre outras. Com base nessa análise, conclui-se se a classe de transações, saldo de conta e divulgações, consideradas individualmente ou separadamente, são materialmente significativas ou não. Tendo este conhecimento à priori da RA, o auditor adapta os procedimentos a efetuar em cada rubrica.

Como pistas de investigação futura, sugiro o estudo sobre a utilização de PA em diferentes setores da economia, com o objetivo de avaliar se existem diferenças significativas na sua aplicação e eficácia. Além disso, proponho o estudo das implicações da implementação da nova norma IFRS 17 – Contratos de Seguros, nas auditorias às empresas de seguros.

## Referências bibliográficas

- Almaça, J. F. (2014). A importância económica e social da atividade seguradora. *Diário Económico* 4, 1-3.
- Almeida, B. (2019). *Manual de Auditoria Financeira - Uma análise integrada baseada no risco*, 3ª ed. Lisboa: Escolar Editora.
- Alves, F. (2022). Quem é Quem: no Sector Segurador em Portugal 2022. *Jornal Económico* nº 2138, 5–9.
- American Institute of Certified Public Accountants (AICPA). (2021). *AU-C Section 520: Analytical Procedures*. New York: AICPA.
- American Institute of Certified Public Accountants (AICPA). (2021). *AU-C Section 240: Consideration of Fraud in a Financial Statement Audit*. New York: AICPA.
- Arens, A. A., Elder, R. J., & Beasley, M. S. (2023). *Auditing and assurance services: an integrated approach*, 18ª ed. New Jersey: Pearson Education Limited.
- Associação Portuguesa de Seguradores (APS). (2020). O presente e o futuro da atividade seguradora. *Seguros & Cidadania*, 6, 8-13.
- Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). (2023). Relatório de evolução da atividade seguradora. Disponível em: [https://www.asf.com.pt/NR/rdonlyres/08609503-1AE3-4989-9B82-FAEBD56063C0/0/REAS\\_4T\\_2022.pdf](https://www.asf.com.pt/NR/rdonlyres/08609503-1AE3-4989-9B82-FAEBD56063C0/0/REAS_4T_2022.pdf), [Acesso 10-08-2023].
- Boynton, W. C., & Johnson, R. N. (2005). *Modern auditing: Assurance services and the integrity of financial reporting*, 8ª ed. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Calderon, T. G., & Green, B. P. (1994). Signaling fraud by using analytical procedures. *Ohio CPA Journal*, 53, 27-27.
- Chow, D. (2009). Analytical Procedures – A Powerful Tool for Auditors. *Hong Kong Institute of Accredited Accounting Technicians Limited (HKIAAT)*. Disponível em: <http://www.hkiaat.org/images/uploads/articles/Analytical.pdf> [Acesso em: 2023/03/30].
- Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de abril. *Diário da República nº 90/1998, 2º Suplemento, Série I-A*. Lisboa: Ministério das Finanças.
- Deloitte & Associados, SROC, S.A. (2022). *Relatório de Transparência 2022*. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/pt/pt/pages/about-deloitte/articles/relatorios-transparencias-portugal.html> [Acesso em:

2023/04/22].

Deloitte Insurance Services. (2023). *2023 Insurance Outlook*. Disponível em: [https://www2.deloitte.com/content/dam/insights/articles/us175368\\_cfs\\_fsi-outlook-insurance/DI\\_US175368\\_CFS\\_FSI-Outlook-Insurance.pdf](https://www2.deloitte.com/content/dam/insights/articles/us175368_cfs_fsi-outlook-insurance/DI_US175368_CFS_FSI-Outlook-Insurance.pdf) [Acesso em: 2023/05/05].

Deloitte Technical Library [database].

Global Federation of Insurance Associations. (2020). *Response to IAIS consultation on the impact of COVID-19*. Disponível em <https://gfainsurance.org/mediaitem/a69a5922-8029-436a-9863-55919b27d916/Response%20to%20IAIS%20consultation%20on%20COVID-19.pdf> [Acesso em: 2023/06/10].

Hayes, R, Wallage, P., & Gortemaker, H. (2015). *Principles of Auditing: An Introduction to International Standards on Auditing*, 3<sup>a</sup> ed. Londres: Person Education Limited.

IAASB. (2022). *Handbook of international quality control, auditing, review, other assurance, and related services pronouncements* (2021 ed., Vol. I). New York: IFAC.

IFAC. (2018). *Guia de Aplicação das ISA - Conceitos Fundamentais e Orientação Prática*. Disponível em: [https://www.oroc.pt/uploads/normativo\\_tecnico/auditoria-guias/GUIA%20DE%20APLICA%C3%87%C3%83O%20DAS%20ISA.pdf](https://www.oroc.pt/uploads/normativo_tecnico/auditoria-guias/GUIA%20DE%20APLICA%C3%87%C3%83O%20DAS%20ISA.pdf) [Acesso em: 2023/04/24].

Macedo, A. (2013). *A representação e caucionamento das provisões técnicas das Seguradoras em Portugal* [Dissertação de Doutoramento, Universidade Portucalense]. Repositório da Universidade Portucalense. Disponível em: [http://repositorio.uportu.pt:8080/handle/11328/1991?locale=pt\\_PT](http://repositorio.uportu.pt:8080/handle/11328/1991?locale=pt_PT) [Acesso 2023/06/10].

Pinho, C. (2014). The usefulness of analytical procedures: an empirical approach in the auditing sector in Portugal. *International Journal of Business and Social Research*, 4(8), 24-33.

Pinho, C., Santos, P., & Martinho, C. (2022). Analytical procedures: are they useful for auditing purposes? An Iberian Peninsula approach. *International Journal of Economics and Finance Studies*, 14(3), 302-321.

Rittenberg, L. E. (2016). *Auditing: A Risk-Based Approach to Conducting a Quality Audit*, 9ª ed. Boston: Cengage Learning.

Sinha, S., & Ahmad, Z. (2009). Global financial crisis-with special reference to insurance industry. *African Journal of Marketing Management*, 1(8), 184-189.

Thorburn, C., Gonulal, S. O., Remizoval, I., & Shindo, T. (2020). COVID-19 Outbreak: Insurance Implications and Responses. *World Bank Group*, 2.

## Anexos

### Anexo I - Plano de estágio

<b>Tarefas a desenvolver</b>
1. Apoio no levantamento/atualização e documentação do entendimento da entidade sujeita a auditoria, nomeadamente ao nível de envolvente macroeconómica, caracterização de mercado, análise de principais stakeholders, identificação de riscos a que a entidade está sujeita;
2. Apoio na execução de procedimentos de revisão analítica preliminar tendentes à identificação de riscos associados à preparação das demonstrações financeiras, com particular relevância na análise das principais medidas de performance utilizadas pela entidade na análise da sua atividade;
3. Levantamento de relações com partes relacionadas e entendimento das mesmas;
4. Apoio no levantamento, documentação e teste do ambiente de controlo interno da entidade, incluindo o processo de "Risk Assesment", processos de "monitoring", bem como entendimento dos procedimentos de controlo interno aplicáveis aos principais ciclos de negócio, respetiva validação do desenho e implementação e bem assim teste da sua operacionalidade;
5. Apoio na elaboração de recomendações de melhoria/reforço de controlo interno;
6. Execução de procedimento de testes de auditoria de menor complexidade, nas diversas asserções sujeitas a risco de distorção material, nomeadamente (ativos fixos, inventários, caixa e bancos, procedimentos de confirmação de saldos de terceiros, testes analíticos ao nível da demonstração de resultados e verificação de correlações existentes entre as diversas transações da entidade);
7. Eventual apoio nos processos de validação de exercícios de consolidação com aprofundamento de conhecimentos técnicos destas matérias;
8. Apoio nos processos de análise de eventos subsequentes e validação de demonstrações financeiras a serem emitidas pela entidade sujeita a auditoria.

<b>Atividades a desenvolver</b>
1. Acolhimento (1 semana)
2. Formação específica em contabilidade: 1 semana
3. Formação em auditoria (2 semanas)
4. Apoio na execução em projetos de auditoria, nas diversas fases de auditoria de entidades de diversas indústrias (32 semanas)
5. Outras tarefas de apoio às equipas de auditoria (1/2 semanas)

Anexo II – *Benchmark* da materialidade

<b>Extrapolação do benchmark</b>	
Capital próprio em 30-06-2022	46.000.000
RLE em 30-06-2022	1.100.000
Capital próprio em 30-06-2022 (sem RLE)	44.900.000
RLE extrapolado para 31-12-2022	2.200.000
Capital próprio extrapolado para 31-12-2022	47.100.000

## Anexo III – Cálculo da materialidade

<b>30-06-2022</b>			
<b>Benchmark</b>	<b>Análise Sensibilidade</b>		
<b>Total Equity</b>	Total Assets	Profit before tax from continuing operations	Revenue
<b>47.100.000</b>	<b>160.000.000</b>	<b>4.000.000</b>	<b>110.000.000</b>
1%-3%	1%-2%	5% - 10%	0,8% - 5%
2,00%	1,00%	7,50%	3,00%
942.000	1.600.000	300.000	3.300.000
<b>900.000</b>	<b>1.600.000</b>	<b>300.000</b>	<b>3.300.000</b>
20%	20%	20%	20%
180.000	320.000	60.000	660.000
720.000	1.280.000	240.000	2.640.000
<b>720.000</b>	<b>1.280.000</b>	<b>240.000</b>	<b>2.640.000</b>
5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
45.000	80.000	15.000	165.000
<b>45.000</b>	<b>80.000</b>	<b>15.000</b>	<b>165.000</b>

Anexo IV – Evolução de prémios brutos e emitidos

